Parte 1 - Novos olhares do turismo no território brasileiro

Turismo cultural e patrimônio cultural: aproximações e contrastes

Marcelo Antonio Sotratti

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SOTRATTI, M.A. Turismo cultural e patrimônio cultural: aproximações e contrastes. In: MARAFON, GJ., SOTRATTI, MA., and FACCIOLI, M., comps. *Turismo e território no Brasil e na Itália: novas perspectivas, novos desafios* [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, pp. 22-40. ISBN 978-85-7511-445-2. <https://doi.org/10.7476/9788575114452.0003>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Parte 1

Novos olhares do turismo no território brasileiro

Turismo cultural e patrimônio cultural: aproximações e contrastes

Marcelo Antonio Sotratti

A discussão acerca da relação entre o patrimônio cultural e o turismo pode ser constatada em praticamente toda a trajetória de construção do campo de pesquisa e gestão do patrimônio cultural. Seja por meio de ações diretas ou indiretas, de políticas públicas de valorização dos bens culturais, ou por meio de pesquisas acadêmicas, o turismo sempre se mostrou como uma atividade importante de apropriação de bens culturais de alto valor simbólico.

A relação entre patrimônio cultural e turismo sempre acarreta transformações simbólicas e mesmo físicas nos bens culturais. A apropriação do patrimônio como atrativo turístico, sua refuncionalização turística para hotelaria, gastronomia e eventos exige, muitas vezes, intervenções arquitetônicas que venham a adequar os usos contemporâneos desses objetos antigos agora ligados a outro contexto socioespacial. Da mesma forma, a museificação do patrimônio cultural para fins turísticos e a cenarização de fachadas para a composição de centros históricos turistificados pode levar a transformações simbólicas significativas, reduzindo o valor sim-

bólico de tais bens a um pano de fundo ou chamariz para atividades de consumo e lazer.

Nesse sentido, várias críticas e proposições de interação acerca da relação entre o patrimônio cultural e o turismo vêm sendo elaboradas por países líderes no mercado turístico e na construção e valorização do patrimônio cultural. Para esses países – como a Espanha –, as formas de gestão são fundamentais para minimizar os efeitos negativos do turismo em bens culturais consagrados. No mesmo sentido, a adoção de um turismo cultural adequado, controlado e voltado à educação e valorização patrimonial tem se tornado uma alternativa interessante em locais em que o turismo de massa vem se apropriando intensamente.

Centrado nessa questão, este capítulo apresenta algumas discussões teóricas e experiências internacionais na aproximação entre o patrimônio cultural e o turismo, mostrando faces de aproximação importantes e alguns cuidados a se atentar na gestão e apropriação do turismo em áreas ou objetos de alto valor cultural.

O turismo cultural como forma de apropriação do patrimônio cultural: vontades e desafios

Como efeito de estratégias de *marketing* direcionadas à potencialização do patrimônio cultural como atrativo turístico, o turismo cultural vem apresentando resultados satisfatórios nas análises oficiais de organizações voltadas à mensuração dos impactos econômicos e sociais da atividade, como a Organização Mundial de Turismo (OMT; Richards, 2009, p. 25).

Estudos teóricos sobre o segmento, como aqueles desenvolvidos por McKercher e Du Cros (2002), Richards (1996, 2009), Vaquero e Hernández (1998), ressaltam a projeção do turismo cultural nos últimos anos, ampliando a gama de possibilidades e caminhos da atividade turística nas cidades e sítios providos de recursos culturais de diferentes naturezas. Tais trabalhos assinalam

ainda a importância da organização e especialização de diferentes segmentos na atividade turística, dentre eles o turismo cultural, no qual espaços e paisagens planejados e orientados para públicos específicos vêm adquirindo expressividade econômica e simbólica no panorama turístico internacional, diversificando o antigo modelo massificado do turismo de sol e praia.

Segundo Richards (2009, pp. 25-6), o turismo cultural reflete um turismo de melhor qualidade, no qual as expressões culturais locais podem ser valorizadas e inseridas na economia local. Entretanto, segundo o autor, essa possibilidade não se caracteriza como uma condição onipresente em todos os destinos culturais, uma vez que a massificação e a turistificação de bens culturais representa atualmente uma possível ameaça à permanência e originalidade de tais bens.

Mesmo observando a preocupação em manter os aspectos originais e a diversidade que caracteriza a oferta cultural desse segmento, constata-se, na maioria dos trabalhos voltados ao turismo cultural, a valorização de bens culturais materiais e consagrados como patrimônio cultural como os principais atrativos turísticos a serem estruturados, organizados e promovidos pelos gestores públicos e privados do turismo. Essa seletividade espacial e econômica é percebida claramente nos conceitos de turismo cultural apresentados por organizações e por alguns teóricos internacionais voltados à pesquisa desse segmento.

A primeira carta do International Council on Monuments and Sites (Icomos) voltada ao turismo cultural (1976) ressalta que esse segmento se apresenta como uma forma de turismo que tem como objetivo o conhecimento de monumentos e sítios históricos e artísticos, visando ainda à sua manutenção e proteção. Em sua segunda carta sobre o segmento, o Icomos (1999) declara o patrimônio cultural como um dos maiores atrativos do turismo no período da globalização, constituindo-se na base do desenvolvimento social e da diversidade cultural.

O próprio Ministério do Turismo (2010, p. 16), em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), apresenta uma definição de turismo cultural pautada na vivência de elementos que compreendem o patrimônio histórico e cultural, bem como os eventos culturais. Observa-se, por esse documento, que o conceito de patrimônio cultural adotado pelo ministério é o mesmo utilizado pelo IPHAN, ao considerar patrimônio histórico e cultural bens de natureza material ou imaterial que expressam ou revelam a memória e a identidade das populações e comunidades (Ministério do Turismo, 2010, p. 17). Esses bens, segundo a instituição, possuem valor histórico, artístico, científico e simbólico e são passíveis de se tornarem atrativos culturais voltados à vivência e à contemplação.

Para Richards (2009, p. 26), o conceito de turismo cultural vai além da apropriação turística do patrimônio cultural. Segundo o autor, o turismo cultural representa o resultado de uma motivação específica, no caso, a busca de turistas por experiências culturais de diferentes naturezas, como viagens de estudo, festivais musicais, peregrinações ou mesmo visitas a centros históricos e monumentos. A compreensão do segmento turismo cultural deve ser focada no olhar do turista e de suas múltiplas motivações culturais e não simplesmente na apropriação turística do patrimônio cultural. Nesse sentido, o conceito de turismo cultural envolve aspectos específicos que revelam as diferentes possibilidades de análise que caracterizam o segmento: “aspectos turísticos, apropriação de bens culturais, consumo de experiências e produtos, motivações dos turistas” (McKercher e Du Cros, 2002, pp. 3-6).

Analisar o segmento do turismo cultural sob a ótica da atividade turística acarreta, segundo os autores, a priorização dos resultados econômicos e sociais de determinado bem cultural em detrimento de ações que visem à sua proteção e valorização. Nesse caso, o turismo cultural se resumiria a uma estratégia de direcionamento de produtos turísticos de natureza cultural a potenciais

consumidores. As empresas turísticas, almejando melhor posicionamento de mercado junto à concorrência, criam novos produtos, com o objetivo de suprir as necessidades e os desejos dos turistas contemporâneos. Assim, o bem cultural passa a exigir infraestrutura específica e intensamente renovada para se transformar num atrativo cultural que o insira no cenário de prestígio internacional.

Ações públicas e privadas que pretendem acessibilidade, informação e consumo de subprodutos ligados à atividade turística – como eventos, souvenirs e gastronomia – se aliam fortemente aos atrativos culturais contemporâneos, criando um produto de forte apelo econômico e mercadológico. O Museu de Arte Moderna de Nova York (MOMA) passou recentemente por uma ampla reforma e tornou-se uma grande referência para todos os museus internacionais; nele, a intensa programação cultural, as lojas, os restaurantes e os cafés complementam seu rico acervo de arte moderna, o que o transforma num grande complexo cultural e turístico. Para Ohtake, a modernização de bens culturais, como aquela observada em diversos museus internacionais, reflete a necessidade contemporânea de agregar a cultura à dinâmica e aos hábitos da cidade contemporânea. Segundo o autor, os equipamentos culturais das atuais metrópoles funcionam como “atrações nucleares” para o avanço do setor de serviços e para novas formas de gestão urbana (2000, pp. 111-2).

O mesmo resultado se observa nos projetos de refuncionalização de centros históricos implantados em diversas cidades europeias, americanas e mesmo brasileiras. Como já discutido, os usos econômicos, sobretudo o comércio e os serviços turísticos, representam um forte elemento de valorização e ressignificação do patrimônio cultural em tais áreas, transformando-o em atrativo de forte apelo publicitário e econômico.

Observa-se, dessa forma, que o turismo cultural analisado pela ótica da atividade turística ratifica a visão mercantilista dos agentes responsáveis pelo segmento em relação ao patrimô-

nio cultural. O patrimônio cultural material assume importância diferenciada, já que possibilita novos direcionamentos na dinâmica econômica e imobiliária dos espaços urbanos em que estão inseridos, em vez de possibilitar a preservação das diferenças sociais que identificam e singularizam esses espaços (Marins, 2004).

A apropriação dos bens culturais, como assinalam McKercher e Du Cros (2002, pp. 3-6), consiste em outra referência de análise da relação entre o turismo e o patrimônio cultural. Segundo os autores, a tradição europeia de gestão do patrimônio resultou, muitas vezes, no distanciamento entre as populações residentes e visitantes e o patrimônio cultural de determinado lugar. Esse distanciamento reflete o processo elitista que envolve a definição do patrimônio cultural a ser preservado, bem como suas possíveis formas de apropriação.

O tombamento, por exemplo, surge como um recurso que garante a manutenção de marcos significativos em determinado espaço urbano e se caracteriza como um processo autocrático e tecnocrático distante da participação popular. A atuação civil se limita a reivindicações para o tombamento de alguns bens simbólicos de interesse coletivo ou a instrumento de pressão política utilizado estrategicamente pelos órgãos de preservação.

Nesse sentido, o turismo cultural colabora com uma apropriação coletiva mais intensa do patrimônio cultural. O turismo possibilita a valorização de bens culturais desconsiderados ou não priorizados pelos órgãos de preservação, como o patrimônio imaterial e o patrimônio cultural material móvel de origem popular (McKercher e Du Cros, 2002, p. 7). A aproximação do patrimônio cultural e do turismo como forma de valorização e apropriação coletiva, independente das relações mercadológicas priorizadas pelos gestores do turismo, vem sendo tratada largamente em diversos países. A análise bibliográfica acerca dessa aproximação realizada na Espanha, por exemplo, demonstra a importância do

turismo como atividade potencialmente parceira e convergente aos princípios de proteção do patrimônio cultural.

O exemplo espanhol da aproximação entre turismo e patrimônio cultural

Para Vaquero e Hernández (1998, pp. 249-53), a emergência do turismo cultural vem possibilitando a recuperação física do patrimônio e o desenvolvimento econômico e social de diversas cidades espanholas. Embora a aproximação do turismo e do patrimônio cultural apresente dificuldades e ofereça diversos riscos à vitalidade urbana e social dessas cidades, a implementação de um turismo cultural baseado na pluralidade, ou seja, na apropriação turística diferenciada em diferentes naturezas de bens culturais, vem se mostrando eficaz como ferramenta de desenvolvimento econômico e social de cidades dotadas de relevante patrimônio cultural. Da mesma forma, o turismo cultural na Espanha vem assumindo um papel fundamental na consolidação de valores protecionistas e identitários do patrimônio cultural entre os moradores locais, favorecendo a participação democrática nos processos de gestão dos bens culturais e das cidades como um todo.

Hernández (2007) relata ainda que o turismo cultural na Espanha vem apresentando mudanças significativas nos últimos anos. Segundo a autora, as cidades espanholas dotadas de patrimônio cultural reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) passaram décadas desenvolvendo uma atividade turística baseada unicamente na promoção e implantação de infraestrutura pontual em atrativos de alta repercussão. No entanto, nos últimos anos, o patrimônio cultural vem sendo alvo de processos mais amplos de gestão, envolvendo redes de agentes e ações que visam associar a presença do patrimônio da humanidade e do turismo cultural ao processo de desenvolvimento global dessas cidades. Conselhos

de turismo e patrimônio, parcerias público-privadas, consórcios e patrocínios empresariais para a recuperação física do patrimônio e organismos mistos de gestão do turismo são alguns exemplos de sucesso apontados pela autora (pp. 81-5).

Para García (2007), o processo amplo e integrado de gestão do patrimônio cultural e do turismo ainda não é realidade absoluta nas cidades espanholas. Localidades importantes, como El Real Sítio de San Lorenzo del Escorial, nas proximidades da região metropolitana de Madri, ainda sofrem problemas significativos de entendimento entre os órgãos de proteção do patrimônio e os órgãos de turismo. A apropriação turística restrita aos bens patrimoniais e a fraca influência do órgão de turismo no desenvolvimento da cidade vêm dificultando a participação efetiva da localidade como oferta turística complementar da região metropolitana de Madri (2007, pp. 90-1; 95-6).

No mesmo sentido, a relação entre patrimônio cultural e turismo na Espanha vem apresentando, de acordo com González, divergências e convergências significativas que devem ser consideradas nos processos de gestão do turismo cultural. Segundo ela, quando incorporado pelo sistema turístico, o patrimônio cultural se transforma em produto e automaticamente passa por intensa apropriação com perfis de turistas adversos aos pretendidos pelos gestores do patrimônio. Os valores simbólicos e o interesse público valorizados pelos órgãos de proteção do patrimônio antepõem-se ao valor de uso e ao interesse econômico da indústria do turismo, gerando conflitos políticos e ideológicos que afastam os bens culturais das agendas de desenvolvimento local (2009, pp. 240-2).

Ao mesmo tempo, o alto grau de competitividade e a crescente variação nos perfis de turistas observados nos destinos culturais espanhóis vêm favorecendo a aproximação positiva entre a gestão do patrimônio cultural e o turismo. A necessidade da criação de produtos originais, criativos e singulares tem, por um lado, possibilitado a apropriação diferenciada do patrimônio cultural,

em que seu valor simbólico original passa a ser considerado o principal fator de atratividade turística. Por outro lado, a presença de turistas culturais de diferentes idades, motivações e formação socioeconômica exige a apropriação ampliada e diversificada do patrimônio cultural em suas diversas naturezas (González, 2009, pp. 243-5).

As dificuldades de projeção do turismo como principal atividade de proteção e valorização do patrimônio cultural em cidades pequenas e médias são consideradas por Vinuesa (2002) ao analisar o caso de Aranjuez. O autor assinala que a proximidade dessa cidade patrimônio e Madri dificulta uma apropriação prolongada e diferenciada por parte dos turistas. Normalmente excursionistas, os visitantes em Aranjuez acabam se limitando à contemplação das fachadas do centro histórico, a algumas lojas e restaurantes e a visitas guiadas aos principais atrativos culturais da cidade. Os altos investimentos em turismo cultural acabam gerando, muitas vezes, processos econômicos especulativos que depreciam a tradição cultural da cidade. Para o autor, esforços na refuncionalização urbana do centro histórico, contemplando diversidade de usos e novos perfis de turistas culturais, vêm sendo adotados pela municipalidade de Aranjuez e denotam o interesse local em centralizar o patrimônio como elemento de desenvolvimento urbano (2002, pp. 514-5).

Esse fato é ratificado por López (2005, pp. 338-9; 342-4) ao afirmar que a inserção diferenciada do patrimônio no território deve ser considerada nos processos de gestão do turismo cultural. Ao analisar o caso espanhol, o autor considera as diferenças simbólicas, geográficas, paisagísticas e econômicas exercidas pelo patrimônio em metrópoles, cidades litorâneas, centros históricos e vilarejos nos processos de planejamento urbano e turístico desses locais. No caso de Toledo, sua condição paisagística, infraestrutura e cultural favorece o turismo como fator de desenvolvimento global da cidade, trazendo possibilidades de investimentos públi-

cos e privados que minimizem os problemas urbanos identificados atualmente.

No caso de Barcelona, o patrimônio como elemento de representação simbólica transcendeu o centro histórico e a arquitetura icônica de Gaudí ao incorporar novas referências espaciais e paisagísticas associadas aos subsequentes processos de refuncionalização urbana observados na cidade desde o período dos Jogos Olímpicos de 1992. A relação entre o patrimônio cultural e o turismo, nesse caso, consiste na transformação dos valores atribuídos aos bens culturais, direcionados então a um universo de consumo lúdico, turístico e cultural. Essa transformação, iniciada e consagrada pelo *marketing* urbano internacional, eleva o patrimônio ao *status* de referência estilística para a criação de simulacros e novos ícones na paisagem urbana (Léon e Aguilar, 2009, pp. 6-7).

Segundo Léon e Aguilar, o julgamento crítico da refuncionalização e da espetacularização do patrimônio cultural em Barcelona o coloca como centro de discussão no processo de planejamento urbano da cidade, independentemente de seus resultados. Esse fato ressalta a importância de considerarmos os contextos e possibilidades de apropriação turística do patrimônio cultural e não a adoção simplista e generalizada de modelos estrangeiros, como ocorreu com o modelo Barcelona em outras cidades europeias e latino-americanas.

Outro exemplo espanhol a se considerar é o caso de Sevilha. Para Gomez e Rúbio (1999), Sevilla é um exemplo representativo de turismo cultural exercido em cidades médias do Sul da Europa, onde a articulação da cidade com o mercado turístico nacional e internacional não foi suficiente para alterar a estrutura e o valor simbólico do patrimônio cultural local.

Segundo os autores, o turismo cultural deve ser pensado de forma estratégica, englobando toda a região metropolitana andaluza. A infraestrutura urbana de Sevilha, seu riquíssimo patrimônio cultural e a complementação patrimonial exercida potencial-

mente pelas cidades de entorno possibilitam um desenvolvimento integrado e distribuidor de fluxos turísticos em toda a região metropolitana, favorecendo a modernização e consolidação de toda a comunidade autônoma no cenário turístico e urbano nacional e internacional (pp. 40-5).

Observa-se pelos exemplos espanhóis aqui considerados que não existe consenso em relação às benesses da aproximação do turismo e do patrimônio cultural. Embora exaltados como uma aproximação positiva, os exemplos espanhóis demonstram que a relação entre os bens culturais e o turismo deve extrapolar os resultados econômicos esperados pela iniciativa privada, incorporar-se nos processos de planejamento global das cidades e, ainda, incentivar a formação de redes sociais entre os diferentes agentes envolvidos na gestão do turismo e do patrimônio cultural.

A apropriação turística do patrimônio na globalização: novas possibilidades, novos problemas

Da mesma forma, observa-se que as diferentes possibilidades de apropriação, a forte concorrência entre cidades e, sobretudo, a condição espacial em que se encontra o patrimônio cultural devem ser consideradas nos processos de gestão de tais bens, excluindo a adoção de modelos engessados de refuncionalização turística. Por fim, a promoção exacerbada do patrimônio cultural para fins turísticos, normalmente acompanhados de infraestrutura massificada e especializada, não corresponde aos exemplos exitosos de turismo cultural nas cidades espanholas, devendo ser analisados e investigados os exemplos de processos de gestão integrada e participativa em cidades nas quais o patrimônio consiste no principal recurso de desenvolvimento.

Em continuidade aos parâmetros de análise entre o patrimônio cultural e a atividade turística indicados por McKercher e Du Cros (2002, pp. 3-6), a vivência e o consumo de novas experiências

pessoais caracterizam o segmento do turismo cultural. A relação entre os bens culturais e os turistas pode ir além da mera contemplação, possibilitando a expansão do conhecimento individual e o despertar de novos valores pessoais, transformando os turistas em agentes ativos na proteção e valorização do patrimônio cultural.

Uma das formas mais comuns em estabelecer um processo de comunicação interativo entre os turistas e o patrimônio cultural é a interpretação. Segundo Murta e Goodey (2002, p. 13), a interpretação do patrimônio consiste em ações de comunicação entre os elementos culturais e os visitantes por meio de textos, imagens ou outras representações, possibilitando melhor aproveitamento ou experiência no local visitado.

A interpretação do patrimônio no turismo cultural acrescenta valor ou intensifica a experiência do turista em determinado atrativo, uma vez que alia o entretenimento ao conhecimento mais profundo dos bens culturais. Nesse sentido, a interpretação consiste em uma forte aliada às ações da educação patrimonial, já que, por meio de uma visita orientada e controlada, pode distribuir o fluxo de visitantes em determinado local e, ao mesmo tempo, sensibilizá-los em relação à proteção dos objetos da visita (pp. 14-5).

O uso de novas tecnologias em processos de interpretação do patrimônio vem assumindo grande expressividade nas atividades de educação patrimonial pelo turismo, visto que, ao empregar linguagens inovadoras e de fácil percepção e assimilação, potencializa a relação entre entretenimento e conhecimento que caracteriza os produtos turístico-culturais. Guias eletrônicos, painéis multimídia, projeções e instalações interativas vêm substituindo as tradicionais sinalizações informativas presentes nos museus e centros históricos. No entanto, o emprego excessivo de recursos midiáticos e informacionais em bens culturais para fins turísticos pode levar a processos de espetacularização de tais bens, ampliando a atenção dos visitantes para outros recursos visuais e comprometendo os objetivos da educação patrimonial (Manzato, 2007, pp. 103-4).

Exemplos extremos de interpretação do patrimônio, como a ambientação de base histórica, recriam ambientes e situações cotidianas de um tempo pretérito para a experiência e contemplação de turistas. Segundo Pires (2001, pp. 57-8; 60-1), a ambientação de base histórica utiliza recursos como cenografia, vestuário, iluminação, música, alimentação e dramatização para o aproveitamento de bens culturais para o turismo e o lazer, criando uma atmosfera imaginária realista do ambiente original que compreende o patrimônio em questão. Para o autor, a ambientação de base histórica consiste num poderoso recurso de *marketing* turístico voltado à apropriação turística de bens culturais que eleva o patrimônio à condição de bem dinâmico e interativo entre passado e presente. Os exemplos do chamado triângulo histórico americano, que compreende as cidades de Williamsburg, James City e Yorktown, todas no estado da Virgínia, são referências importantes dessa técnica de interpretação do patrimônio.

A discussão pertinente de Gonçalves acerca de patrimônio, memória e autenticidade antepõe-se às colocações de Pires (2001). Segundo o autor, a recriação paisagística e cenográfica de Williamsburg assume um aspecto dramático de reencenação, congelando um passado idealizado e inerte às inter-relações com os turistas ali presentes. Para Gonçalves,

o conjunto urbanístico e arquitetônico [de Williamsburg] e mais a performance dos atores não sugerem antiguidade, mas, sim, o aspecto novo e limpo, quase asséptico, das coisas recriadas. [...] Em Colonial Williamsburg esses prédios e objetos não parecem vir de nenhum passado, mas, antes, de um eterno presente. O desaparecimento da 'aura', de que nos fala Benjamin, parece aqui ter atingido um limite extremo (1988, p. 271).

Nesse caso, os simulacros e as encenações observadas em tais atrativos culturais são utilizados pelo *marketing* turístico

como sinônimo de autenticidade, na tentativa de atrair um número cada vez maior de turistas e visitantes. No entanto, as características atemporais e assépticas de tais atrativos contrariam, como exposto por Gonçalves, os preceitos de Walter Benjamin acerca da autenticidade dos bens culturais. Se pensarmos em nossa opção fachadista no tombamento de sítios históricos como um recurso suficiente à preservação da memória, podemos nos questionar se não estamos agindo como uma mera ambientação ao reduzir o patrimônio a um cenário desarticulado da dinâmica urbana das localidades.

A ambientação de base histórica, bem como outros exemplos de técnicas de interpretação do patrimônio que se sobrepõem aos objetivos e interesses da educação patrimonial, transforma, segundo McKercher e Du Cros (2002, p. 8), o patrimônio cultural em produtos turísticos. Esses produtos, ao agregarem elementos de comunicação e infraestrutura notadamente voltadas ao entretenimento e ao valorizar suas características superficiais e incentivar a compra incessante de subprodutos associados a tais características, como souvenirs, gastronomia e eventos culturais paralelos, enaltecem o poder de consumo dos bens culturais. Na maioria das vezes, tais subprodutos exercem poder de atratividade maior que o próprio bem cultural e reduzem o patrimônio cultural a mero elemento indutor e ambientador para consumo turístico e lúdico.

Associar a atividade turística à condição de atividade facilitadora e promotora de valorização e proteção do patrimônio cultural por meio de experiências e ações interpretativas requer uma revisão profunda acerca dos interesses do *marketing* turístico ao transformar o patrimônio cultural em produto de consumo turístico. Essa transformação pode levar, num curto período de tempo, à aceleração do processo de degradação e especulação dos bens e espaços culturais e ao surgimento de um turismo massificado e distanciado dos preceitos do turismo cultural.

Por fim, o último elemento de análise sobre a relação entre o patrimônio e o turismo assinalado por McKercher e Du Cros (2002, pp. 3-6) refere-se à motivação dos viajantes no turismo cultural. Analisando os conceitos relativos ao segmento expostos no início deste capítulo, como os apresentados pelo Icomos e pelo Ministério do Turismo, constata-se a existência de uma visão idealizada do turista cultural. A partir desses conceitos, imagina-se um turista cultural que busca experiências diferenciadas e conhecimentos profundos do patrimônio durante sua visita turística. No entanto, pesquisas realizadas por instituições europeias e americanas demonstram a existência de uma variedade considerável de motivações e tipos de turistas que buscam esse segmento, incluindo muitas vezes experiências consumistas e superficiais.

Diversos autores discutem as diferenças comportamentais dos turistas culturais nos destinos. Tais diferenças comportamentais se baseiam no nível de informação exigido pelos turistas quando visitam determinados atrativos ou destinos culturais e no papel desempenhado pela cultura na definição da viagem ou de atrativos que os turistas queiram conhecer em destinos turísticos (WTO e ETC, 2005).

Hábitos de viagem desenvolvidos pelos turistas culturais também se adequam ao perfil dos turistas desse segmento. A preparação da viagem, por exemplo, é fundamental para os turistas culturais, uma vez que o conhecimento prévio sobre a história e os modos de vida da população que vive nos destinos favorece a interpretação dos atrativos quando visitados. Nesse sentido, Richards (1996, pp. 32-4) aponta o papel que a internet vem desempenhando na preparação da viagem e a importância que os destinos têm na organização e divulgação eletrônica de sites especializados e dirigidos ao turismo cultural.

Mesmo buscando antecipadamente informações e conhecimento acerca dos atrativos culturais a serem visitados, os turistas culturais não apresentam, em sua maioria, motivações específicas.

Segundo Richards (1996, p. 38), somente 10% dos turistas denominados culturais viajam com motivação específica em visitar determinado tipo de patrimônio; a maioria, no entanto, busca conhecimento geral e amplo acerca do patrimônio cultural existente em determinado destino.

Considerações finais

Estas análises nos remetem à reflexão do real valor da atividade turística nos processos de gestão e proteção do patrimônio cultural. O turismo, comumente sacralizado como a melhor alternativa de valorização econômica, urbana e cultural do patrimônio, vem demonstrando sua ineficácia e despreparo na identificação e condução dos valores simbólicos e do papel dos bens culturais nas cidades em que a atividade se desenvolve.

O envolvimento da comunidade nos processos de gestão do patrimônio deve assumir um papel central nas discussões acerca do futuro de tais bens e incorporar-se nas ações de preservação e apropriação do patrimônio cultural. Da mesma forma, as transformações simbólicas induzidas pela indústria do turismo e os novos anseios de consumo por parte dos turistas ditos culturais dificultam ações de gestão que venham a envolver os visitantes e moradores na proteção dos bens. A apropriação vertical de centros históricos por empresas transnacionais na construção de hotéis, *resorts* e centros gastronômicos vem acarretando graves processos de gentrificação e exclusão da população local, reduzindo o patrimônio num elemento de alto valor especulativo e de *marketing*.

Por outro lado, tais constatações têm alimentado o campo da pesquisa do patrimônio cultural e o papel da ciência geográfica na análise da aproximação entre o turismo e patrimônio cultural. Identificar os usos sociais e sua relação com os bens culturais vem gerando pesquisas acadêmicas referenciais para a minimização de efeitos negativos dessa relação, as quais se tornam também im-

portantes instrumentos para a construção de políticas públicas de turismo e patrimônio e de práticas de gestão.

Referências

- BRASIL. “Turismo cultural: orientações básicas”. 3 ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- GARCÍA, Maria del Carmen Mínguez. “Planificación y gestión turística en destinos patrimoniales: el caso del Real Sitio de San Lorenzo del Escorial (Comunidad de Madrid)”. *Anales de Geografía*, Madri, jan.-jun. 2007, v. 27, n. 1, pp. 83-102.
- GOMEZ, Manuel Marchena e RÚBIO, Fernando Repiso. “Turismo cultural: el caso de Sevilla”. *Cuadernos de Turismo*, Murcia, jul.-dez. 1999, n. 4, pp. 33-50.
- GONÇALVES, José Reginaldo. “Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1988, v. 1, n. 2, pp. 264-75.
- GONZÁLEZ, María Velasco. “Gestión turística del patrimonio cultural: enfoques para un desarrollo sostenible del turismo cultural”. *Cuadernos de turismo*, Murcia, jan.-jun. 2009, n. 23, pp. 237-53.
- HERNÁNDEZ, María García. “Entidades de planificación y gestión turística a escala local: El caso de las ciudades patrimonios de la humanidad en España”. *Cuadernos de turismo*, Murcia, jul.-dez. 2007, n. 20, pp. 79-102.
- ICOMOS. “Charter of cultural tourism”. Bruxelas, 1976. Disponível em http://www.icomos.org/tourism/tourism_charter.html. Acesso em mai. 2010.
- . “Carta internacional sobre turismo cultural. La gestión del turismo en los sitios com patrimonio significativo”. México, 1999. Disponível em http://www.international.icomos.org/charters/tourism_sp.htm. Acesso em mai. 2010.
- LÉON, Aurora García de e AGUILAR, Alejandro Duarte. “Turismo cultural en Barcelona: marketing de ciudad y arquitectura icónica”. *Topofilia: Revista de Arquitectura, Urbanismo y Ciencias Sociales*, Sonora, abr. 2009, v. 1, n. 3, pp. 1-15.
- LÓPEZ, Alejandro. “Desarrollo sostenible: medioambiente y turismo en las ciudades históricas: el caso de Toledo”. *Observatório Medioambiental*, Madri, 2005, n. 8, pp. 331-44.

- MANZATO, Fabiana. “Turismo arqueológico: diagnóstico e análise do produto arqueoturístico”. *Revista Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, Santa Cruz de Tenerife, abr. 2007, v. 5, n. 1, pp. 99-109.
- MARINS, P. C. G. “Requalificação de áreas urbanas no Brasil: caminhos para um balanço crítico em relação às práticas de lazer e turismo”. *Patrimônio. Lazer & Turismo*, Santos, mar. 2004, v. 1, n. 1, s. p.
- McKERCHER, Bob e DU CROS, Hilary. *The partnership between tourism and cultural heritage management*. Nova York: Routledge, 2002.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. *Turismo cultural: orientações básicas*. 3 ed. Brasília, 2010.
- MURTA, Stela Maris e GOODEY, Brian. “Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual”. In MURTA, Stela Maris e ALBANO, Celina. *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar* (orgs.). Belo Horizonte: EdUFMG, 2002.
- OHTAKE, Ricardo. “Os novos monumentos da metrópole”. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, out.-dez. 2000, v. 14, n. 4, pp. 111-9.
- PIRES, Mário Jorge. *Lazer e turismo cultural*. São Paulo: Manole, 2001.
- RICHARDS, Greg. *Culture tourism in Europe*. Oxon: CAB International, 1996.
- . *Cultural tourism. Global and local perspectives*. Nova York: Routledge, 2009.
- VAQUERO, Manuel de La Calle e HERNÁNDEZ, María García. “Ciudades históricas; patrimonio cultural y recurso turístico”. *Ería*, Madri, 1998, n. 47, pp. 249-66.
- VINUESA, Miguel Ángel Troitiño. “Aranjuez: patrimonio cultural, recuperación urbana y turismo”. *Cuadernos de Turismo*, Murcia, 2002, volume extraordinário, pp. 495-518.
- WORLD TOURISM ORGANIZATION (WTO) e EUROPEAN TRAVEL COMMISSION (ETC). *City tourism and culture. The European experience*. Bruxelas, 2005.